TRANSCRIÇÃO

S9393J2 - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS 09_04_18

14 de agosto de 2018

PARTICIPANTES
Vozes femininas identificadas: F1
Hélio Luiz Castro
Anton Schwyter
Marcel Costa Sanches
José Silva Xavier
Paulo
Vagner

TEMPO DE GRAVAÇÃO
01 horas, 27 minutos e 16 segundos

MODALIDADE DE TRANSCRIÇÃO
Padrão

LEGENDA
... → pausa ou interrupção.
(inint) [hh:mm:ss] → palavra ou trecho ininteligível.
(palavra) [hh:mm:ss] → incerteza da palavra transcrita / ouvida.

A Audiotext Serviços e Cia. Ltda se reserva o direito da imprecisão dos nomes escritos, uma vez que os locutores serão identificados conforme a pronúncia de seu nome. O cliente tem o direito de fazer quaisquer alterações que julgar necessárias tanto nas identificações aqui utilizadas quanto no conteúdo transcrito.

(INÍCIO)

[00:00:01]

F1: Senhoras e senhores boa tarde. Desculpe o atraso. É com satisfação que a Arsesp - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, nos recebe para participar na audiência pública número zero dois de 2018 aqui em São José dos Campos. As audiências públicas destinam-se a colher subsídios e informações para as matérias em análise na Agência. Visam, também, dar aos interessados a oportunidade de se manifestarem verbalmente nos processos decisórios que repercutem na esfera de direitos

dos consumidores, agentes econômicos dos setores de energia e de saneamento e demais interessados da sociedade, conforme dispõe a lei complementar mil e 25 de 7 de dezembro de 2007. A audiência pública de hoje tem por objetivo a exposição de comentários, sugestões e a troca de informações que subsidiarão a deliberação a ser aprovada pela diretoria colegiada da Arsesp, que dispõem sobre a tarifa média máxima final P zero, referente a segunda revisão tarifária ordinária da companhia de saneamento básico do Estado de São Paulo Sabesp. O senhor Hélio Luiz Castro, diretor presidente da Arsesp irá presidir esta audiência pública, cabendo-lhe decidir sobre as questões de ordem e eventuais manifestações acerca dos procedimentos adotados na audiência. A etapa de apresentações será iniciada pela Arsesp que fara a explanação em até 30 minutos e em seguida a Sabesp ocupará o mesmo tempo. Ao final das apresentações, abriremos para manifestações dos inscritos. Lembrando que o tempo para a manifestação de cada um será de até dez minutos, respeitada a ordem de recebimento das inscrições, conforme previsto no regulamento desta audiência pública. Ressaltamos que o tempo para cada expositor poderá ser redimensionado em razão do número de inscritos. Esclarecemos que o tempo será controlado e que o expositor será alertado quando faltar dois minutos para o fim de sua intervenção. O presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão fazer pergunta aos expositores inscritos, caso entendam necessários esclarecimentos adicionais. Todas as manifestações serão registradas por meio eletrônico, preservando-se, assim, a integridade do seu conteúdo. Reiteramos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas, de modo que se possa tender de forma organizada a todos os interessados. Registramos aqui a presença dos diretores da Arsesp senhores Hélio Luiz

Castro, diretor de regulação técnica e fiscalização do serviço saneamento básico e, também, presidente da Agência; o senhor Paulo Arthur Lencioni Góes, diretor de relações institucionais. Passamos agora a palavra para o senhor Hélio Luiz Castro que iniciará esta audiência pública.

Hélio Luiz Castro: Boa tarde. Gostaria de começar aqui agradecendo a presença de todos e dizer que a gente está agora no processo de conclusão da Revisão Tarifária Ordinária da Sabesp. Da segunda Revisão Tarifária Ordinária. Ela deveria ser concluída em 2017, porém foi estendida até agora maio de 2018. O que a gente vai ter aqui hoje é aquela apresentação da consulta pública, que já está à disposição de todos. A consulta pública vai até o dia 17 de abri, então, é possível que sejam feitas contribuições até o dia 17. Nós resolvemos fazer as audiências públicas não no final do período da consulta pública. Justamente para poder esclarecer ainda mais para todos os que tiverem qualquer tipo de dúvida, ou necessidade de esclarecimentos para que o processo de contribuição seja ainda mais profícuo. Hoje nós teremos a apresentação do superintendente da área de regulação econômica e financeira, o senhor Anton Schwyter. É superintendente da análise econômica e financeira da diretoria de regulação econômica e financeira de mercados. A gente gostaria, também, de dizer que nos divulgamos todos os eventos, então, nós teremos uma audiência hoje aqui em São José dos Campos, uma amanhã em São Paulo e na quinta-feira em Itapetininga. Em todos esses casos a gente já fez a divulgação, foram feitos convites para todos os canais de comunicação: TV, jornal, rádio. Hoje, aqui, a gente tem a presença do pessoal da Câmara de São José dos Campos, também acho que a Sabesp está filmando e, também, a Arsesp está filmando. Então, é uma audiência pública com gravação de

áudio e vídeo para que a gente possa rever sempre que for necessário. Gostaria também de agradecer a presidência da câmara na presença do Juvenil Silvério, que é o presidente da Câmara Municipal de São José dos Campos, pela cessão desse espaço. Também agradecer a presença do Doutor Paulo Góes que é o nosso diretor de relações institucionais, que também será o secretário executivo desta audiência. Então, gostaria agora de passar a palavra para o senhor Anton, que fará a apresentação para a gente. Eu vou pedir a licença para que a gente possa ficar sentado ali para ver a apresentação.

Anton Schwyter: Boa tarde a todos, obrigado pela presença. Obrigado Hélio, obrigado Paulo pela presença aqui. A ideia nossa aqui é fazer uma exposição bem sucinta de todos os números e todas as considerações e premissas utilizadas para a revisão tarifária da Sabesp. Incialmente eu gostaria de colocar para vocês, que todas as questões que foram colocadas nessa revisão tarifária têm como base alguns aspectos legais. Quais são? A Lei Federal 11445, Lei Estadual mil e 25, que é a Lei de criação da Arsesp, bem como os atuais contratos e convênios assinados entre as prefeituras municipais e a Sabesp, bem como a legislação pertinente, que são as deliberações emitidas pela Arsesp. O que é exatamente a discussão que nós estamos fazendo aqui? Se refere ao que é o conceito de Revisão Tarifária Ordinária, que nada mais é que você precisa calcular quanto que a concessionária, no caso a Sabesp, precisa de uma receita para fazer frente a todos os seus custos em termos de receitas para o seu custeio, que é o que a gente chama de custos de operações e manutenção. A necessidade de se fazer investimentos e remunerar esses investimentos. Tudo isto daí a gente compõe aquilo o que a gente chama, de uma maneira mais rápida,

da receita adquirida. Ao mesmo tempo que você calcula esses custos e recursos necessários para manutenção das atividades da empresa, pagamento de seus funcionários e, também, a remuneração e pagamento de empréstimos para fazer investimentos, esse montante de dinheiro é dividido pela demanda de água que vai ser feito. Você dividindo um montante de recursos em reais por um montante em metros cúbicos de água, você tem o que a gente chama de Tarifa Média Máxima, que é a tarifa necessária para a Sabesp fazer frente a todas as suas necessidades ao longo do próximo período tarifário. É justamente isso o que a gente faz na revisão tarifária, analisar quais são os custos considerados prudentes em termos de investimentos e em termos de custeio para Sabesp, verificando qual é o seu mercado e de que forma que cada consumidor ao pagar sua tarifa a Sabesp arrecada exatamente aquilo que ela necessita para fazer frente as suas obrigações. Finalmente, dentro de cada ciclo, quando você não tem a revisão tarifária o que você tem? Um reajuste tarifário anual que é a aplicação de uma fórmula na qual você corrige o preço dessa tarifa média pelo índice de preço IPCA. Esses últimos tempos nós vivemos um tempo de bastante efervescência no setor e particularmente aqui em São Paulo. A gente pode ver aqui, deu um problema ali com relação a conversão das letras ali, mas quando vocês forem ver, a gente vai publicar a apresentação no site, vocês vão ver que ali conta desde o princípio da questão da crise hídrica. Passando pela adoção do programa de incentivo a redução do consumo de água, tarifa de contingência, a revisão da tarifa extraordinária e, finalmente, chegando a revisão tarifária extraordinária em 2015, e chegando a tarifa inicial, a revisão preliminar que foi feita em outubro do ano passado. Quais são os itens, então, que nós estamos analisando na revisão tarifária que foi o objeto da revisão preliminar, que a gente chama

de revisão tarifária inicial que foi feita em outubro do ano passado? Utilizamos da mesma metodologia para que não houvesse discrepâncias, inclusive discussões referentes ao porquê adotou tal número ou não. Nós fizemos a mesma metodologia que foi aprovada que foi feita na revisão tarifária que foi aprovada em 2014. Nessa revisão tarifária o que nós analisamos? Os itens OPECS, que são os custos operacionais que eu falei para vocês; o CAPECS, que é o investimento; a demanda e a receita necessária; e o investimento realizado. Tudo isto de uma maneira preliminar e a assentasse a isso um índice de perdas preliminar par que pudesse fazer calculo tarifário. A base de remuneração, ou seja, você pegar a última base calculada no período anterior que iniciava em 2014 e, acrescendo-se a essa base de remuneração regulatória os investimentos realizados nesse ciclo, aplica-se sobre essa base um custo de médio capital que é o (OC) [00:10:58]. Resultou um índice de reposição de reajuste de reposicionamento tarifário preliminar em outubro do ano passado de 7,88%. Agora, nós começamos a fazer nessa fase final uma análise mais detalhada de todos esses componentes. Ou seja, nós fizemos, além da análise de todos aqueles itens que nos falamos antes CAPECS, OPECS, os investimentos realizados no ciclo, análises e determinação de ajustes compensatórios que deveriam ser feitos a luz dos resultados de revisão anterior. Acrescentamos mais alguns itens que foram: a adoção de um índice geral de qualidade, ou seja, a tarifa da Sabesp não vai ser composta apenas por questões como o índice de produtividade fator X, mas também o índice de qualidade a ser calculado no próximo ciclo; determinamos e finalizamos os acréscimos que foram corrigidos a base inicial de remuneração de 2014; e, além disso, nos também criamos agora, colocamos isso na audiência pública passada de metodologia, a adoção na

tarifa de um pequeno percentual para custeio de pesquisa e desenvolvimento pela Sabesp para ser aplicado em estudos necessários para aprimoramento da parte de saneamento básico. A partir de agora, ficam ainda dois eventos a serem ocorridos. Um que é, finalizando-se a parte das audiências públicas, nos receberemos, também, ao mesmo tempo contribuições no nosso site. Analisaremos todas essas contribuições e finalizaremos tudo até o dia dez de maio com uma publicação de uma deliberação, juntamente com o relatório das contribuições recebidas para que a gente possa, então, determinar qual tarifa que a Sabesp vai ter ao longo do próximo ciclo. Não vou me deter muito, mas essa fórmula esta constando lá na nota técnica que é a fórmula do famoso P zero, que é a Tarifa Média Máxima que a Sabesp pode aplicar e basicamente vocês vão ver no último termo lá que você pega a receita adquirida que é a necessidade em dinheiro, volume e recursos que a Sabesp precisa ao longo do ciclo, dividido por um volume. Isto é que é dar o P zero real por metros cúbicos. Um dos primeiros itens que você precisa fazer quando está fazendo o processo da revisão é determinar de que forma compõe a receita. A receita basicamente ela é feita através da venda e distribuição de água. Você divide a venda de água através dos seguimentos que compõe o seu mercado, ou seja, residência, não residencial e as outras formas e seguimentos que a Sabesp atende. Essa é a maneira pelo qual a gente analisa, o que na parte esquerda ali você analisa todos os componentes da demanda, como é que se compõe a demanda da residência. Na parte da demanda não residencial se divide em comercial, industrial e público, consumo próprio. Do outro lado você tem a demanda de permissionárias que é o quanto que a Sabesp vende para outros, basicamente serviços autônomos municipais. No caso do volume residencial, a ser destinado para

o volume residencial, você determina quais são o número de residências e economias que você atende. A cada uma dessas economias, você determina também um consumo médio. Você, também, precisa verificar em todos os locais na parte geográfica que a Sabesp atende, qual é o índice de atendimento que ela faz e o número de domicílios atendíveis. Hoje você tem uma quantidade de domicílios atendidos e ainda tem um estoque que precisa ser atendido. Então, a composição dessas quatro variáveis é que determina qual vai ser o volume a ser atendido pela Sabesp no segmento residencial. No caso do volume não residencial, como eu falei aqui, você tem um número de economias não residenciais que são basicamente comércio, indústria, governo, consumo próprio e, também, o consumo unitário por cada uma dessas economias. Finalmente, você chega aqui a uma tabela, que inclusive consta na nota técnica, na qual você encontra quais foram as projeções da Sabesp com relação a demanda de agua e quais foram as projeções que a CESP estimou e que estão sendo utilizadas. Isto para medida de comparação entre o que é a projeção da Sabesp para cada um desses segmentos e qual é a composição das projeções da Sabesp para cada um desses segmentos. De forma análoga, você tem aqui a parte de esgoto também. Da mesma forma que nós fizemos os cálculos para o setor de água, também fizemos para o setor de esgoto. Aqui é uma tabela na qual você tem uma comparação entre o que foi proposto pela Sabesp e o que foi efetivamente acolhido pela CESP. Com relação a oferta de água, como é que se dá o volume de água aqui? Entra em consideração tanto a oferta de água para o residencial e permissionárias aos usos considerados especiais que são usos emergenciais, hidrantes basicamente, sociais operacionais e mais as perdas. Aqui entra uma parte importante que é a forma da construção da evolução das perdas de água que compõe a oferta de água disponível

para atender o mercado da Sabesp. Você tem um volume produzido de água, você tem a demanda de água e ali do lado você tem os usos especiais e as perdas. De cada volume de água que a CESP produz uma parte vai para o cano que chega até o consumidor final, uma parte ela é a perda que não chega ao consumidor. A questão das perdas, como está colocado aqui, influi diretamente na questão dos custos da concessionária. Aqui nós estamos utilizando o índice entre ligações dia, que é o índice oficial utilizado pela International Water Association. Com base nesses parâmetros estipulados por esta entidade, construímos, então, uma trajetória regulatória para o próximo ciclo tarifário. Da mesma forma, nós temos o slide mostrando como é que se dá a construção dessa variável de usos especiais. Ou seja, qual é o volume estimado para quando se fala em corpo de bombeiros, que eu disse sobre a questão dos hidrantes, os usos sociais, que é um volume de água que a Sabesp consegue estimar, mas que tem sua destinação feita para comunidades que não existe ainda medição normal? No caso da perda, nos também fizemos uma comparação criando... fizemos uma análise, também, analisando qual é o comportamento com relação as perdas de várias outras concessionárias no Brasil. Fizemos uma análise estatística de como é que se comporta a Sabesp em relação a uma série de outras empresas e, com base nessa análise dessas outras empresas, nós construímos essa trajetória de forma que até o final desse ciclo tarifário que se encerra em 2020, a Sabesp em termos tarifários, ou seja, não é a perda real, mas o quanto está considerado na tarifa da Sabesp. Ela deverá chegar ao final em 2020 com uma perda equivalente a 26,4% do seu volume de água. Que é esse gráfico aqui que reflete isso aí, que também consta na nota técnica. Isso aqui é uma forma mais detalhada do que eu estava colocando para vocês. A relação entre o quanto é o volume produzido de

água e a questão das perdas lá colocadas na segunda linha. Entramos aqui na questão dos custos operacionais. É uma questão mais sensível, mais delicada, porque são uma série de variáveis que entram aqui. Essas variáveis de custo servem para a gente construir o que a gente chama de drivers. São aqueles indicadores básicos que a gente utiliza, que são indicadores relativos de forma que você tenha, por exemplo, consumidores por funcionários; número de empregados por volume de água distribuído, por exemplo. São exemplos que eu estou mostrando para vocês, para mostrar que esses coeficientes servem para que a gente possa estimar de uma maneira mais razoável, não só em termos relativos, mas em termos absolutos, qual é o custo eficiente que a Sabesp deveria ter. A construção desses índices se dão através dessas variáveis que estão colocando aqui. Basicamente você pega os números da Sabesp, que fornece através do plano de negócios dela e ali você faz então, o que a gente chama de... a gente tem alguns custos, inclusive que a Sabesp nos fornece que a gente não reconhece como sendo custos eficientes. A partir daí você constrói o chamado drivers, que seriam esses custos unitários, índices relativos da Sabesp, faz uma projeção dela e com base nisso, constrói com base nos recursos unitários, você reconstrói novamente qual seria o custo operacional, o custo de operação e manutenção que se considera eficiente. Tiramos dessa parte dos custos de (OPEX) [00:22:11], e aí vocês lendo a nota técnica vão entender melhor ao que estou me referindo aqui... tiramos, também, alguns custos que a Sabesp tinha colocado antes como sendo custos de locação de alguns ativos e bem como os das parcerias que ela andou fazendo. Parcerias públicos privadas, como, por exemplo, o do projeto lá São Lourenço. Nós retiramos daqui e consideramos como sendo investimento e não como sendo custo operacional. Chegamos ao seguinte

resultado: em relação... essa tabela aqui tem a função de mostrar para vocês que em relação ao que havia sido mostrado originalmente pela Sabesp, nós fizemos uma redução, ou seja, aquilo o que a CESP considera como sendo custos operacionais eficientes houve uma redução no total de 5,3%. A tabela mostra, computado por item, quais são os grupos despesa onde nós fomos fazendo as reduções. Então, por exemplo, houve uma redução de 4,8% dos custos de pessoal; 0,8% em recursos em serviços de terceiros; 0,5% em energia. Esses aqui são os custos unitários que eu havia colocado para vocês. Por exemplo, o pessoal lá (está) [00:24:03] se falando de salário médio por empregado. No caso material de tratamento, qual é o preço unitário desses custos de materiais para tratamento de água. Energia elétrica, também, qual é o consumo específico em giga watt, megawatt hora da Sabesp e o seu preço unitário. E despesas gerais, também, qual é seu custo unitário. Então, essa é a composição de como é que são feitos esses custos unitários que servirão para compor o que a Arsesp entende como sendo o (OPEX) [00:24:34] eficiente. Aqui é uma tabela, que também consta na nota técnica, comparando o OPEX total regulatório que é o que a Arsesp calculou e a comparação com o OPEX da Sabesp. Não vou ficar comparando aqui, porque é uma tabela cheia de números, mas vocês podem verificar ela na nota técnica. Aqui é uma explicação, o porquê da questão que nós retiramos daquela parte de custos operacionais os custos de parcerias e da locação de ativos. Aqui, uma parte importante, existe uma... está sendo evoluído essa discussão de como é que você considera, ou não, tanto as PPPs, quanto a locação de ativos, e aí a agência gostaria que até o próximo início do próximo ciclo tarifário a gente pudesse ter uma consideração mais próxima de um entendimento de como colocar... a melhor forma de colocar isso daí. Se realmente continua colocando ela,

como sendo investimento, ou custo operacional. Receitas irrecuperáveis é uma questão também que tem muito haver, não é somente só, é uma consequência da inadimplência. A gente faz uma análise de tempo de quanto tempo demora para você recuperar contas que não foram pagas pelos consumidores. Existem, também, é possível estabelecer um período no qual você verifica que foi um período que essa inadimplência foi um período muito alto, que ela foi se reduzindo fortemente nos últimos... desde 2014 vindo até 2017, mas a gente entende que isso é algo que é administrável de certa forma pela Sabesp, porém tem um percentual que você não consegue receber. Em termos representativos... é em termos financeiro isso daí. Então, a gente chama isso de receita irrecuperável, ou seja, qual é o percentual dessa receita da Sabesp que não vai conseguir se recuperar e que é acrescentada a tarifa. No caso percentual aqui estabelecido pela Arsesp, esse percentual regulatório é de 1,29% da receita. Como eu falei para vocês, nós incluímos um item aqui que seria um pequeno percentual para que a Sabesp... que propicia a Sabesp fazer investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. É uma coisa nova que nós estamos trazendo aqui para a discussão. Dado o montante de recursos que a Sabesp atua que é muito grande e a gente sabe que isso é uma coisa muito importante. Já é uma prática adotada em outros setores, como o setor de energia elétrica, ou mesmo de gás, de distribuição de gás aqui. Então nós estamos iniciando com um valor percentualmente e relativamente baixo de 0,05%, mas ainda assim é um valor significativo em termos de montante de recursos. Até o ano de 2020 será fixada pela Arsesp quais serão as regras a serem seguidas pela Arsesp para identificação e escolha de projetos que se coadunem com essa proposta nossa. Aqui também é uma parte interessante, porque é o seguinte, foi considerado

como sendo como custo... e é inovador isso aqui, é a parte dos dispêndios municipais em saneamento, que são vários recursos que são alocados da Sabesp para a prefeitura para fazer investimentos. Essa decisão nossa aqui inclusive está lastreada legalmente, então nos colocamos os itens aqui da lei, no caso a Lei 11445, são os artigos 13 e o artigo 38 que nos permitem fazer essa opção de colocar como sendo um custo da prestadora. Aqui é uma explicação mais detalha. Esse detalhamento vocês encontram na nota técnica. Vocês vão verificar que existem todo um embasamento legal para adoção desse percentual na tarifa a partir de agora. É importante frisar que esse valor, entretanto, está limitado a 4% da receita total da Sabesp para fazer a incorporação desses valores na tarifa. Existe também outros componentes que entram aqui. As receitas indiretas e outras receitas. No caso de receitas indiretas, são receitas de serviços que a Sabesp propicia para todos os seus consumidores. São ligações e religações, ampliação de redes, reparos, vistorias e etc. isto a gente chama de receitas indiretas. Tem uma outra parte dessa receita que entra como venda de ativos, editais, multas, serviços técnicos. Esses valores dessas receitas extras da Sabesp, todas elas servem como uma modicidade tarifária, ou seja, isso abate daquele valor de receita adquirida. Todo esse montante arrecadado e projetado ao longo do ciclo tarifário serve para baixar a receita adquirida que o consumidor vai pagar para a Sabesp. Ou seja, é um benefício que o consumidor está tendo com esses serviços. Para vocês terem uma ideia, em 2016 o valor total dessas receitas indiretas chegou a 174 milhões. No caso de outras receitas chegou a 76 milhões. É um percentual pequeno em relação a receita total da Arsesp, mas é um valor representativo em termos de recursos de dinheiro. No caso do (Wok) [00:31:22], que eu já tinha comentado que na revisão que foi levado a cabo em outubro do ano

passado, ele já havia sido calculado, que é o custo médio ponderado. Qual é o custo de capital que a Sabesp tem com relação a obtenção tanto de utilização de obtenção de recursos de terceiros, como para a utilização de recursos em seus investimentos? E na média o custo do seu capital, o quanto custa para ela o dinheiro dela para fazer investimento. O custo de capital de terceiros que é a tomada de recursos de outras instituições e esses recursos serem direcionados para investimentos é da ordem 8,11% que foi utilizada naquela fórmula que eu havia passado para vocês lá no início, que é o quanto vai ser remunerado o capital total da Sabesp. Aqui entramos na parte com relação a investimentos. Vocês verificam aqui que o montante de investimentos que está colocado na última linha ali embaixo que foi previsto, são montantes significativos. Gostaria de frisar aqui que existe uma evolução aqui que sai de dois bilhões e 600 milhões de reais em 2017, chegando a três bilhões e trezentos até o final do ciclo. Uma quantidade bem substancial de recursos a serem investidos pela Sabesp, de projeção de recursos a serem feitos pela Sabesp ao longo desse ciclo. Qual é a forma que nós estamos utilizando aqui? Isso aqui são detalhes que são interessantes para quem se interessar que estão na nota técnica, que é a forma que a gente está utilizando aqui na composição. Quando você está fazendo um cálculo tarifário e a projeção no fluxo de caixa é descontado, como que é feita a transposição da remuneração para cada um dos tipos de investimentos aqui. Entramos numa parte que é a base da remuneração. Ali em cima você tem aquela base inicial lá de 2014, como que ela foi composta para chegar... vocês vêm ali... base blindada inicial, lá em 2014. Depois você pega os investimentos feitos ao longo do período. A consideração da introdução da parceria público privada e locação de ativos. Depois tem investimentos feitos pela, que é o que a Sabesp entende sendo

investimentos em novos municípios, você chegaria a uma base para início de partida agora nesse ciclo de 38 bilhões 267. Que depois transformaram tudo a preços de dezembro de 2016, vai para 38 quatro, quatro, cinco, arredondando. Toda empresa ela tem uma necessidade de recursos ao longo do período. Existe um descasamento que ocorre aqui quando você recebe o recurso através da tarifa e quando você vai desgastando esse dinheiro ao longo do tempo. Isso é o que a gente chama de capital circulante. Isso é a forma que foi construída isso aqui ao longo do ciclo passando de 2017 até 2020 até o final do ciclo. Esse valor também é incluído na tarifa final. Essa evolução é como é que se dá a movimentação da base. Você saindo, então, incorporando todos esses itens que eu falei para você capital circulante e você parte da base que estava em 38, em 2017 vai para 39 sete, cinco, nove, chegando a 43 três, sete, cinco ao final do ciclo. Aqui também é uma projeção em cima dessas receitas de como é que se dá o pagamento de impostos, aí é dado pela receita, não tem como alterar, isso aí são percentuais fixos, mas que também são incluídos no cálculo da tarifa e aí chegamos a uma parte importante que eu havia falado para vocês lá no início que é a necessidade se fazerem ajustes naquela revisão anterior feita lá em 2014. O que foi necessário ser feito lá? Corrigir uma questão que foi feita lá atrás, que foi retirado da base blindada, ou seja, da base de remuneração que é o total dos investimentos acumulados ao longo do período passado... das tubulações de ferro fundido, então, elas foram retiradas e foram introduzidas novamente. Uma discussão que houve com a Sabesp com relação ao total de valores que eram investimentos lá atrás de investimentos desembolsados, mas aí utilizou agora um novo critério que é a imobilização, que não é o desembolso efetivo, é quando a obra efetivamente se entra em operação e entra em serviço. Ela começa a

prestar serviço efetivo ao consumidor. Todas essas variáveis, eram necessárias, assim... tinha para mais e para menos, que você tinha que retirar coisas das tarifas lá atrás e você tinha que acrescentar coisas. De tudo isso daqui resultou em um ajuste necessário de um montante de recursos entre o que deveria ser retirado e o que deveria ser acrescentado depois trazido a valores ali de 2014 até 2016 de 664 milhões, que é o que está sendo retirado da tarifa atual da Sabesp. Está fazendo uma conexão do fluxo de caixa descontado um valor de 664 milhões. Aí você também está acrescentando outras coisas. Como eu falei a contraprestação da parceria público privada, a questão dos dispêndios municipais, fundos para pesquisa e desenvolvimento. Nós fizemos um outro ajuste que é o seguinte: a revisão tarifária deveria ter ocorrido em abril de 2017. Agora nós estamos finalizando a revisão tarifária, mas fazendo a revisão tarifária hoje como se ela tivesse ocorrido lá em 2017. Agora você teria um reajuste e nesse reajusto você precisa ter a adoção de um fator X, que é o compartilhamento de eficiência da Sabesp. Nós calculamos agora para o que seria para o ciclo de 2017 a 2020. Esse fator X é de 0.92, quase 0.93%. Também estamos incluindo como falei para vocês o índice de fator de qualidade e utilizando-se para cálculo do fator de qualidade dessas quatro variáveis aqui: índices de ligações factíveis de esgoto; prazo para reposição de pavimento nas ruas das cidades que a Sabesp atende; índice de reclamação de consumidores por questões de falta de pressão; e índice de vazamentos visíveis. É um indicador relativo. É índice de vazamentos visíveis por quilômetro de rede. Isso aqui é uma fórmula de qual fizemos uma análise, na qual a Sabesp deveria escolher qual é a meta que ela pretende chegar, de forma que isso seja um estímulo para que ela seja mais arrojada na meta. Na medida que ela for mais arrojada e for alcançando resultados mais positivos, ela vai

também alcançando resultados positivos em termos das tarifas dela, se ela vai ter uma tarifa diminuída, ou acrescida. Essa metodologia está descrita, também, com maior detalhe na nota técnica. Finalmente chegamos ao cálculo final da tarifa se aplicada a partir desse momento que seria dez de maio. É importante mostrar que nós temos uma tarifa se aplicada agora e sobre qual tarifa nós temos que fazer a conta. Como foi também já mostrado na outra revisão tarifária, houve uma mudança significativa do comportamento do consumidor, ou seja, aquela tarifa que você tinha antes de acordo com uma estrutura tarifária vigente, ela não estava sendo suficiente para repor a receita adquirida da Sabesp. Foi necessário fazer um ajuste através do histograma, ou seja, o perfil de consumo e de receita de cada classe de consumidor, de forma que você tivesse efetivamente atingindo um percentual que atingisse a receita requerida necessária, que é aquela parte que estamos falando ali. Com relação as contas, o valor das contas efetivamente recebidas do consumidor dada sua classe e o segmento que ele se encontra. Isso aqui é a forma do reajuste tarifário anual que vai ser aplicada agora a partir de 18, 19 até chegar em 20 depois da revisão tarifária. Isso aqui são os ajustes que nós fizemos, então, porque, assim, a gente está falando agora em abril... estamos em abril de 2018, a revisão vai se dar em maio de 2018, deveria ter ocorrido em abril de 2017, então nós tivemos efeitos inflacionários por conta da inflação que ocorre ao longo desse período. Então, estamos falando de diversas moedas, dezembro de 2016, abril de 2017, abril de 2018. Todos esses índices inflacionários foram compostos devidamente calculados a cada período para que você tivesse efetivamente o reflexo disso no valor da receita da tarifa necessária para a Sabesp. Não está aparecendo ali, mas ao final do... ao final e ao cabo, depois de feita todas essas contas de ajustes de tempo,

você chega a um cálculo feito pela Arsesp de uma tarifa de 4,774%, que é o valor que não está aparecendo lá. Aqui é a mesma tabela que consta na nota técnica. Cada período desses nós construímos um P zero, que é aquela tarifa máxima que é real por metro cúbico, para chegar ao valor final ali. Muito obrigado.

F1: Registramos a presença do senhor João Carlos Teixeira Pinto, diretor de concessionárias da prefeitura de São José dos Campos, representando o prefeito Felício Ramuth. Daremos início agora a apresentação da Sabesp e quem fará será o senhor José Silva Xavier, superintendente de custos e tarifas e, também, o Marcel Costa Sanches, superintendente de assuntos regulatórios da Sabesp.

Marcel Costa Sanches: Muito boa tarde a todos. Quero incialmente cumprimentar aqui a diretoria da Arsesp na figura do presidente Hélio Castro pela realização da audiência. Quero cumprimentar todos os servidores da Arsesp aqui presentes, que trabalharam no processo. Cumprimentar o prefeito Felício Ramuth, o representante aqui da prefeitura de São José e da Câmara municipal o seu presidente Juvenil, que cede o espaço para a realização desse debate importante. Cumprimentar aqui meu colega Silva Xavier, companheiro de jornada nessa revisão tarifária e aos nossos colegas da Sabesp que nos acompanham aqui nessa audiência pública. A fala da Sabesp vai ser bem breve, nos trazemos aqui uma contribuição de quatro itens específicos. Começando por perdas regulatórias, vamos abordar contribuições com relação ao ajuste compensatório. Também, quanto a base de ativos, especificamente na questão do capital circulante no cálculo da tarifa média efetiva. Eu vou proceder a apresentação no item perdas e o Xavier vai conduzir os demais

três itens da Sabesp. Incialmente queremos trazer uma reflexão aos senhores em que pese o mérito da questão. Os desafios e os esforços necessários para diminuir as perdas são enormes. Essa metáfora que trazemos de um iceberg reflete exatamente o que acontece nas perdas. Combate a perdas é um desafio permanente das companhias de abastecimento de água. Não é exclusividade da Sabesp, é um desafio de todas as empresas do mundo inteiro. Sabesp, por sua vez, é referencia nacional no combate as perdas e tem tido um relativo sucesso. Não estamos satisfeitos, claro. A Sabesp reconhece que há avanços a serem buscados nesse sentido, mas estamos no caminho correto. Importante destacar o que não aparece. O combate diário ao crescimento natural das perdas. As tubulações vão envelhecendo, depreciando, os parques de hidrômetros, também, vão envelhecendo. Os parques de hidrômetros da Sabesp são simétricos, então, eles sofrem um desgaste natural. Surgem novos vazamentos. Infelizmente ainda temos fraude no sistema, que são ligações não autorizadas, que são computadas como perdas da Sabesp. O próprio uso social, que dentro do nosso balanço hídrico e uma parcela relevante, é um problema não de eficiência da concessionária, mas sim uma questão, um problema social que no nosso país ainda existe. Então, a conotação que se traz é de que é necessário um esforço muito grande para que simplesmente não se deixe o índice de perdas aumentar. Isso é um conceito que deve se deixar conceitualmente bem-posto, que se nada tiver feito, a tendência é que essas perdas sempre aumentem. É necessário, aí a parte de cima do iceberg, um esforço adicional para redução dessas perdas e é o que eu vou apresentar aqui o que a Sabesp tem feito ao longo dos anos. Na questão pertinente as perdas reais, que são também conhecidas como perdas físicas, onde efetivamente estão os vazamentos. As principais ações

desenvolvidas dizem respeito a reduções e estabilização de pressões nas redes. Vocês sabem que o consumo de água ele é dinâmico. Nós temos períodos durante o dia que variam e a pressurização das redes acompanham esse perfil de consumo. Nessa vertente do gerenciamento de pressões também se soma agilidade e qualidade nos reparos dos vazamentos. A própria Arsesp normatiza o prazo que a Sabesp tem para reparar um vazamento, que são 24 horas, salvo engano, que a Sabesp tem cumprido. Uma parte de detecção de vazamentos não visíveis... aqui a apresentação desconfigurou um pouco, mas é um trabalho preventivo que a companhia desenvolve em busca de vazamentos que não estão aflorados, não são identificáveis a olho nu, não são comunicados pelos clientes. Então a gente faz um controle ativo. A renovação de redes e ramais que é responsável por grande parcela ai da perda, nos ramais que saem das redes e ligam a cada uma das residências. A Sabesp tem mais de seis milhões de ramais na sua rede, na sua infraestrutura. Não é razoável pensar que isso não se deteriora, que isso não vaza. Aqui nós temos também a concepção de distrito de medição e controle, que são... é uma metodologia que a Sabesp utiliza reconhecida em nível internacional, de diminuir o tamanho dos setores para que a gente possa controlar melhor as perdas no setor. Importante aqui é destacar o nível atual de perdas que estão sendo trabalhados. Existe uma parcela que atingiremos no futuro que é chamado de nível econômico de perdas, que seriam o patamar onde o investimento necessário para redução acaba sendo muito maior do que a recuperação de volume. E uma parcela de perdas inevitáveis que é inerente a qualquer tipo de abastecimento de público. Na questão de perdas aparentes, que é o segundo componente das perdas, representam cerca de um terço das perdas, nós temos três grandes frentes que a Sabesp atua: o combate a

fraudes, a Sabesp tem convênios com o serviço de inteligência da Polícia Civil, onde se busca a combater toda e efetivamente toda e qualquer tipo de fraude que acabam onerando os demais consumidores, beneficiando individualmente o fraudador; gerenciamento da hidrometria, nós temos aqui um efeito que em outros países do mundo não existe, que é a utilização de caixa d'água. Isso influi também na hidrometria, então nós temos aqui além do desgaste natural da hidrometria, o efeito caixa d'água; Sabesp trabalha com a renovação de hidrômetros e dimensionamento de acordo com cada perfil do cliente. Hoje nós temos um parque de hidrômetros da ordem de três a quatro anos de vida útil desses equipamentos e eles já estão sendo substituídos; e uma outra vertente aqui é na atualização desse cadastro comercial que é efetivamente vistoria em cada um dos imóveis para a verificação e aí ajuda bastante na questão do combate a fraudes. Na mesma forma, nós temos um nível atual dessas perdas aparentes que vão ao longo do tempo sendo reduzidas. Temos um nível econômico a ser buscado. Acho que é papel do regulador, também, definir esse nível econômico no futuro para que a gente possa busca-lo, para não onerar excessivamente as tarifas dos consumidores, para buscar níveis de perdas que não vão trazer o benefício econômico esperado. E uma parcela que ainda teremos perdas inevitáveis. Quero trazer a estruturação do nosso programa coorporativo. A estratégia que foi montada. É importante destacar que o objetivo da Sabesp é reduzir uma redução de perdas consistente no longo prazo. Não é um trabalho simples. É um trabalho que requer planejamento com horizonte de vários anos e, assim, vem sendo feito. Um dos destaques dos programas que eu trago aqui, a Sabesp é apoiada pelo governo japonês, através da sua agência de cooperação que é a JICA, que financia uma parte do nosso programa de perdas e que

acompanha, audita sistematicamente todas as ações que vem sendo efetuada. A própria agência tem um processo de fiscalização regulatória muito bem implantado, que tem focado bastante nesse tema perdas. O ano passado no grande município que a Sabesp opera que é a cidade de São Paulo foi feita uma fiscalização especifica com relação aos projetos, aos investimentos previstos. Esse tema é um tema bem auditado em cima da prestadora. Em 2008, partimos de uma situação de uma perda na distribuição de 430 litros e a nossa estratégia aqui foi recalibrada a atingir a meta proposta pelo próprio regulador na fase preliminar dessa revisão tarifaria, que é os 273, ramal dia. Ou seja, todo programa de perdas da Sabesp foi recalibrado, replanejado para atender a determinação anterior do regulador. Ocorre é que agora há uma outra definição que eu vou trazer aqui para os senhores que a Sabesp entende que ela não é cumprível. Aqui nesse gráfico eu trago a evolução dos indicadores de perdas da Sabesp. Esse quadro resume muito bem os esforços ao longo do tempo. Essa curva em verde é a perda na distribuição o PDT, que é o indicador que foi o escolhido para efeito comparativo, inclusive com outras companhias de saneamento, onde a Sabesp partiu lá em 2004 há 14 anos atrás em um nível de 547 e que diante das ações promovidas pela prestadora, hoje fechamos o ano com 317 litros ramal dia. Ainda não é o que a Sabesp deseja. A Sabesp entende que esse nível de perdas ainda há muito a ser feito. Nós temos indicadores já de excelência no interior do Estado de São Paulo. O desafio para isso reduzir ainda mais traduz-se na região metropolitana de São Paulo, grandes metrópoles, como temos aqui em São José dos Campos, desafios a serem superados. A própria baixada santista também tem índices de perdas ainda altos se comparados com o interior. O interior de São Paulo já tem em muitos municípios um nível de excelência em perdas e podemos comparar

com a questão do nível econômico para aquelas regiões. Aqui o indicador em percentual que ao longo dos anos foram sendo divulgados. Importante também que qualquer que seja a métrica, a trajetória é descendente. Um outlier aqui na série história que com certeza todos recordam, que é a crise hídrica, é uma crise de matéria prima que enfrentamos. Onde as perdas foram efetivamente priorizadas pela Sabesp. A gestão de pressões também contribuiu para essa queda vertiginosa no sistema, mas que agora passado o período da crise já se estabilizou. Essa última linha traz as perdas reais, as perdas efetivas em vazamentos. Estamos aí com cerca de 20% da água produzida vazando. Esse slide traz os investimentos previstos pela Sabesp no nosso plano de negócios para esse próximo ciclo da revisão de tarifa de 2017 a 2020. O item perdas foi priorizado pela companhia. Está sendo colocado aqui em discussão. Claramente o plano de negócios foi avaliado, publicizado para que todos pudessem ter acesso às informações. O item redução e controle de perdas é o segundo item no plano de investimentos da Sabesp, então não há como falar que a companhia não vai priorizar o (teme) [00:57:00] como eu demonstrei aqui, a gente vem fazendo isso ao longo dos anos. Cerca de dois bilhões e meio nos próximos quatro anos é o investimento previsto, nesse item perdas que devem efetivamente contribuir para redução dos indicadores. Eu trago aqui uma contribuição, uma reflexão a ser feita aos colegas da agência que houve uma mudança com relação ao que foi definido para perdas na última nota técnica, na última deliberação do P zero preliminar. Lá estava estabelecido, como eu mostrei aos senhores, a meta de 273 litros por ligação dia, lá em outubro de 2017, que efetivamente obrigou a Sabesp a replanejar todo o seu ciclo, do seu plurianual, o que foi feito. Todo o financiamento com o governo japonês foi recalibrado para atender a meta regulatória que a

própria Arsesp nos impôs. Lembrando que o que a Sabesp havia proposto no início dessa revisão tarifária era um número de 281 litros ligação dia, salvo o engano. Acatamos a determinação do regulador de 273 e agora essa mudança nos pega efetivamente de surpresa e a gente traz uma contribuição para que isso seja efetivamente objeto de reflexão por parte do regulador. Cumpre destacar aqui, trouxe essa tabela que foi da própria nota técnica da deliberação 753, mostrando a trajetória que a Sabesp haveria de cumprir decidida a pouco mais de seis meses atrás, que é efetivamente incompatível com as metas pactuadas nos contratos com os municípios. Importante frisar que, em que pese qualquer tipo de aporte de investimentos a Sabesp entende como incumprível essa meta de 242 ligações por dia que a agência pretende fixar para 2020. Não há prazo cabível para que a gente possa atingir isso em dois anos e meio. Nós estamos falando de intervenções complexas que demoram as vezes anos para serem maturadas. Setorizações, por exemplo, como mostrei para os senhores ali (DMCs) [00:59:19]. Ela pressupõe a divisão de setores de abastecimento. Ela pressupõe construção de reservatório, que não dá para fazer a construção de reservatórios em 40 dias. Temos desapropriação de áreas, temos fundações, a implantação do próprio reservatório, distribuição e setorização das redes, tudo isso em um ambiente como a região metropolitana de São Paulo. A Sabesp não esconde de ninguém a dificuldade que é de reduzir perdas no centro da capital paulista. Nem autorização do município tivemos em algumas incursões que fizemos. Vou citar o exemplo do centro velho da capital onde temos os calçadões tombados pelo patrimônio histórico. Aquelas redes têm mais de cem anos. Com certeza o nível de perda ali não é um nível de perdas que a Sabesp refuta como de excelência, mas que a dificuldade de operacionalizar aquilo

em conjunto com o poder público, porque precisamos de autorização, para efetivamente é um método destrutivo, nós temos que trocar as redes. Não dá para fazer reparo, nos temos que trocar aquelas redes. É um desafio de todos nós. Então, explica a dificuldade, a complexidade de ser atingido, esse tipo de redução em um espaço de tempo tão curto. Trazemos aqui também uma contribuição em relação ao benchmarking feito pela agência. Com os dados do SNIS, é importante dizer que o SNIS é a ferramenta que se dispõe, mas, porém, também sabemos que o SNIS é um sistema declaratório onde as companhias estaduais e os demais operadores de saneamento não são auditados. Eles têm um formato declaratório, inclusive a ABAR, Associação Brasileira das Agências Reguladoras, a Arsesp participa desse projeto junto com o Ministério das Cidades, está promovendo um ciclo, um projeto que é chamado de acertar que a Sabesp também faz parte, para auditoria desses dados que são imputados ao SNIS. Me parece que esse benchmarking escolhido pela agência talvez tenha uma fonte de dados um pouco difícil de comparação, embora a metodologia estatística que vocês usaram a gente reputa que está correta, porém a Sabesp está em um cluster exclusivo, inclusive nessa metodologia é importante verificar. A sugestão que a gente faz é que se busque comparativos internacionais de eficiência. Temos naquele rank que foi colocado, por exemplo, capitais que são muito mais jovens que a capital de São Paulo, não dá para comparar São Paulo com Palmas, né doutor Silva? Acho que a idade da capital de São Paulo já monta aí seus quinhentos e poucos anos e Palmas foi construída recentemente. Nós estamos falando de idade de infraestrutura que é o que realmente nos aperta nas perdas. Agora o ponto principal que eu queria chamar atenção para os senhores é esse aqui, as metas compactuadas com os municípios. Ao fixar uma meta em conformidade com os contratos, os

municípios delegaram essa função para a agência, os municípios são quem planeja, não é nem a Sabesp, nem o regulador. Então, temos seguindo o que foi preconizado com os municípios. O Anton lembrou bem que uma das premissas da atuação do regulador é observar os contratos que delegaram as funções de regulação para agência. Não são todos os municípios da base operada da Sabesp que são regulados pela Arsesp. Essa tabela que a gente trouxe como contribuição indica a média ponderada dos contratos de programas existentes da Sabesp preconizando o atingimento em 2020 de uma meta de 274 ligações dia. Trazemos aqui a média ponderada de todos os municípios operados pela Sabesp seria de 281 que é incompatível com o 242. Então, acho que esse é um ponto que a gente está reivindicando que a agência reveja, mesmo porque ele reflete diretamente nas projeções do OPEC, dos custos operacionais da companhia. Aqui eu trago um comparativo para que a gente deixe mais claro isso. Do lado esquerdo eu trago a realização, o passado aqui já está consignado. Eu brinco com meu pessoal, o passado não se muda. Está realizado 308 litros em 2016 e 302 em 2017. Esses dados já foram encaminhados a agência, já tem processos de fiscalização regulatória, sendo disparados e avançando em cima desses números. A Sabesp tinha acatado, em que pese a necessidade de incremento que foi apontada na fase inicial da revisão tarifaria, na fase preliminar de mais um bilhão de investimentos necessários e mais 350 milhões no OPEC para atingir a meta regulatória, a Sabesp acatou esse número de 273 e, como eu disse, replanejou toda sua configuração em perdas. A projeção atuação da Arsesp, me permitam fazer uma crítica construtiva, é inviável de ser atingida, nós estamos colocando. Não dá para se partir de um ponto de partida que não é real, onde a Sabesp está aqui externando a impossibilidade de atingir esses números de 242 litros ramal

dia, mesmo que houvesse um acréscimo de recursos via tarifa para atingi-los. A questão aqui não é questões atinentes ao mercado. O mercado não tem como dar essa resposta. Nós temos que licitar todos esses programas, nós temos que licitar essas obras. Significa um volume de dispêndios de investimento que o mercado não está preparado. Isto tem que ser feito de forma gradativa ao longo dos anos para que a gente possa atingir. Aqui é meu último slide, eu trago uma contribuição com a nossa maior referência que é a grande Tokyo, grande metrópole mundial que levou efetivamente dez anos reconstruindo toda sua infraestrutura, lembre-se que o Japão foi um dos países mais afetados na Segunda Guerra Mundial. Ele efetivamente construiu novas redes, lá eles usam um material de aço inox para as redes de água, mesmo assim levaram muitos anos para atingir esse patamar. E para sair dos 20% e chegar em 8,4% aqui foram 40 anos de esforços ininterruptos. Eu tenho plena ciência de que a Sabesp está buscando essa trajetória, temos que considerar a motricidade tarifária sim, que é o papel da agência para que a gente possa efetivamente atingir níveis aceitáveis de perda. Agora precisamos trabalhar com a realidade. Vou passar a palavra agora para o Silva Xavier. Agradeço a atenção de vocês e continuo à disposição. Muito obrigado.

José Silva Xavier: Boa tarde a todos. Até o final da consulta pública a Sabesp pretende fazer diversas sugestões em cima da nota técnica, a qual tenho repetido, tem aumentado a qualidade e a transparência das notas técnicas da Arsesp. Aqui eu vou rapidamente me ater a três itens. O primeiro tem a ver com o chamado balanço, ou ajuste compensatório que já foi aqui citado pelo Anton. Quando você inicia o ciclo tarifário, você consensa com a sociedade um plano de negócios. Que nada mais é do que projeções de

volume que você vai vender, de despesa de investimento que você vai fazer e etc. Tudo isso se dá nesse ambiente de debate. Ao final do ciclo tarifário você faz um balanço do que efetivamente acontece, confrontando o que estava previsto com o que efetivamente foi realizado. Nem todos os itens são passíveis de entrarem nesse balanço. Há alguns itens que são risco da concessionária, no caso da Sabesp e outros não. O primeiro ciclo tarifário, a nota técnica e nesse aspecto realmente ela não era tão clara de que item deveria ser ter sujeito a balanço e que item não. Diferente da nota técnica atual onde a Arsesp propõe uma matriz de risco onde fica muito claro que item vai ser risco da Sabesp e que item não vai. Lendo o normativo do primeiro ciclo e da revisão extraordinária que a Sabesp fez e pediu em função da crise hídrica e do aumento da energia elétrica. Para nos fica claro que são três itens que estão sujeitos a balanço. Não necessariamente esses itens estarão presentes no próximo ciclo, porque houve um debate sobre isso, mas o nosso particular entendimento é que o regramento vigente para esse primeiro ciclo tem que ser respeitado. O primeiro item que nos entendemos que está sujeito a balanço é receita e se a gente ler, parece bastante clara a nota técnica na página 34 e 35, rapidamente “o mecanismo proposto visa mitigar os efeitos das receitas resultantes das diferenças de volume efetivamente faturados em relação aos valores estimados na revisão tarifaria”. Por esse item fica claro que a receita deva ser objeto de balanço. Se a gente observar, Sabesp projetou no início do ciclo anterior que teria 39 bilhões de receita e tivemos, mesmo com a receita de tarifas de contingência, 36 bilhões. Nós temos aí três bilhões a menos de receita realizada relativamente ao previsto e ao que foi consensado com a sociedade. Essa receita menor adveio não só da crise hídrica, da própria queda de volume, mas pelo efeito cascata que se dá na tarifa. Como nós

temos uma tabela tarifária exponencial, quando ela cresce, ela cresce exponencialmente, quando ela cai ela também cai exponencialmente. Nesse item nós tivemos três bi a favor da Sabesp que deveria ser contemplado, ou deverá ser contemplado agora no próximo ciclo. O segundo item é a energia elétrica. Também na revisão extraordinária, fica claro pelo normativo que a energia elétrica deverá ser submetida a esse balanço. No caso da energia elétrica, a nota técnica à época não deixa muito claro o número que a Arsesp acatou. A Sabesp fez uma proposta de projeção de energia elétrica, mas como a Arsesp acabou trabalhando pela despesa total, acabou não sendo destacado se ela tinha ou não acatado a proposta da Sabesp. Se eu usar exemplificadamente os números que nos propusemos nós vamos ter uma situação ao contrário. Aqui nós teríamos 400 milhões a serem devolvidos ao consumidor, porque a Sabesp teria gastado menos energia elétrica do que originalmente se previa. O terceiro item é investimento, também o normativo é claro de que deveria ser feito um balanço do investimento e investimento esse respeitando o regramento à época. O regramento à época era uma projeção de investimentos com foco em caixa, dispêndio, gasto financeiro. Agora ele está sendo mudado para imobilizado, aliás por proposta da Sabesp, no nosso ponto de vista não faz sentido a gente retroagir uma norma que está sendo alterada agora para o passado. Esse balanço tem que ser feito na mesma métrica do que foi utilizado para a projeção do ciclo anterior. Aqui temos um bi a favor da Sabesp. A Sabesp investiu dentro do conceito que foi utilizado a previsão. A Sabesp investiu um bilhão a mais acima do que tinha sido previsto. Em função da crise hídrica, nós fomos obrigados a fazer um balanceamento desse investimento. Alocar recursos mais para a água do que estava originalmente previstos, mas em termos de montantes gerais nós

investimos um bi a mais. Um outro aspecto a considerar é que no nosso entendimento, olhando a forma de que a Arsesp utilizou no cálculo de reajuste, está faltando um mês de inflação. Deveria ter sido incluído mais um mês, que é o mês de março. Pelo nosso entendimento está sendo dado 11 meses de inflação e não 12. E um segundo detalhe técnico, em alguns momentos a agência quando ela traz os valores aos valores presente, ela desconta pelo valor presente de capital integral do ano. Quando ela capitaliza para o futuro, ela usa meio custo de capital. Pode ser um, ou pode ser outro, mas você tem que ter consistência. Ou você usa a fórmula para descontar igual a que você está levando para capitalizar. Não dá para usar um critério ou outro diferente, aqui é tecnicalidade. Outro aspecto é a base de ativo circulante, como foi dito pelo doutor Anton, você entra com o capital de giro na forma de cálculo tarifário, só que agora a Arsesp entrou só com a variação do capital de giro, quando no nosso entender e pelo regramento você tem que entrar também com o estoque inicial de capital de giro. Por último, a tarifa média para você calcular o reajuste você tem que calcular a tarifa média vigente. Particularmente nós não estamos conseguindo chegar no valor da tarifa média da agência. É algo a ser cortejado. Estamos aí com uma diferença de dois pontos, alguma coisa com relação aos cálculos da agência. Um item que foi identificado é a forma que foi utilizado para calcular reformas nossa sugestão é que seja usada a segunda fórmula e não a primeira, tal qual foi utilizada. Muito obrigado.

F1: Obrigada Marcel e Silvio. Daremos início neste momento a etapa das manifestações dos expositores, lembrando que obedeceremos a ordem de inscrição e que cada expositor dispõe de até dez minutos. Como não temos até o momento nenhum inscrito previamente, gostaríamos de saber se

algum dos senhores ou senhoras tem interesse em se manifestar agora. Bom, já que não há, as apresentações e manifestações estão encerradas, lembramos que todas as contribuições, bem como o cronograma contendo as próximas etapas da segunda revisão tarifária ordinária da Sabesp estarão disponíveis em nosso site: www.arcesp.sp.gov.br. Informamos que os senhores receberão por e-mail um questionário para opinarem sobre o processo de participação, especialmente sobre esta audiência, e sobre a consulta pública que se encerra, hoje? Que se encerra essa consulta pública? Dia 17 de abril. Com esse instrumento esperamos coletar contribuições para aprimorarmos a participação social no âmbito das atividades da Arsesp, por isso solicito que aqueles que não preencheram a lista de presença, por gentileza o façam na saída. Passamos a palavra ao senhor Hélio Luiz Castro, presidente desta audiência para o seu encerramento. Você tem interesse? Qual o seu nome, por favor?

Vagner: Boa tarde, o meu nome é Vagner Baliero, estou vereador aqui na câmara de José dos Campos, quero pedir desculpas porque eu acabei entendo exposição, junto com a manifestação de palavras. Eu só queria pontuar duas observações dentro desse processo: o município de São José dos Campos, vou falar daquilo que a gente com contrato especifico com a Sabesp, inclusive a Sabesp especificamente no contrato que tem com o município de São José dos Campos tem uma meta do índice de perdas até mais audacioso do que a meta colocada pela Arsesp. A Arsesp está colocando 242 o índice, em São José dos Campos já algum tempo, que deveria ser 220. Até mais alguns anos, 2020. Esse índice ainda não está sendo possível, no relatório gerencial do ano passado, a Sabesp atingiu 310 - 310 no relatório gerencial de 2016 - então, e quando a câmara municipal

fez o questionamento junto a Sabesp - que prontamente nos respondeu -, colocou a questão da crise hídrica, colocou uma série de outros investimentos que teve que fazer, mas existe ainda no município mesmo com contrato específico com São José dos Campos, que tem um índice até inclusive melhor de como meta de como apresentado pela Arsesp ainda não atingiu. Um item que tenho visto com certa frequência aqui no município - a gente sabe que isso não aparece muito na discussão do índice de qualidade, da questão da qualidade operacional - a questão das estações elevatórias de esgoto. O que eu queria colocar disso: nós estamos tendo e sempre tivemos muitas dificuldades em locais onde já tem coleta e tratamento 100 por cento - de acordo com os índices oficiais -, muitas vezes essa coleta de esgoto não tem porque há algum problema nas estações elevatórias. Que problemas são esses? Muitas vezes resultantes de vandalismo, muitas vezes resultantes de algum problema mecânico, mas a maioria até inclusive é de vandalismo, e nesse período, obviamente que o esgoto é jogado sem tratamento, sem o bombeamento, e continua sendo cobrado da mesma maneira a tarifa de esgoto com valor de coleta e no caso tratamento. É constante esse problema, muitas vezes a gente faz as verificações e manda pra Sabesp, a partir do momento que a gente anuncia o problema, a Sabesp vai lá corrige, arruma, mas a quantidade de vezes que vemos problemas com relação essa questão de estação elevatória de esgoto, e eu não consegui enxergar ali uma questão de meta ou de trabalho sobre a eficiência da Sabesp com relação as estações elevatórias de esgoto, não sei se teria ou se não tiver fica ai como sugestão de colocar, porque falar que está coletado e tratado 100 por cento, mas a estação não funciona e fica sem ter um índice de medição em relação a isso é bem complicado. Obrigado, era somente isso.

Hélio: Bem, muito obrigado.

F1: Está funcionando? Pega o outro aqui.

Hélio: Ok? Então, bom muito obrigado pelas apresentações, para Anton, Marcel e Silvio Xavier. Respeitamos praticamente o horário previsto. Obrigado também vereador pelas contribuições. Só vou fazer um esclarecimento vereador: o fato de não estar previsto, por exemplo, a eficiência das estações elevatórias de esgoto, não significa que ela não é vista. Quando a gente faz fiscalização, esse não cumprimento desse aspecto de qualidade da prestação de serviço ele pode ser, inclusive, fruto de uma multa a posteriori para Sabesp, então não estar aqui não significa que ele não será visto. Com relação ao índice de perdas, o que nós estamos também propondo, é um indicador geral de perdas para Sabesp - a gente sabe que nos municípios pequenos ela é muito menor que na capital -, mas o que está previsto aqui no aspecto tarifário é que a gente reconhece, então vou usar o número que a gente está dando que é 27,4 por cento, a gente reconhece que se a Sabesp precisasse de 100 litros ou 100 metros cúbicos pra atender todo mundo, ela poderia produzir 127,2 litros que a gente reconhece esse custo adicional, porque representa uma parte de perdas. Se ela não respeita isso, e ela tiver que produzir 150 litros para atender todo mundo, a gente só vai reconhecer 127, o que passar disso é custo operacional dela, é uma forma de incentivar o prestador de serviço a ser cada vez mais eficiente, porque senão ela vai gastar um dinheiro que a gente não vai reconhecer, ou seja, o usuário não vai pagar por isso, ela vai ter que tirar isso do lucro dela. Então só para dizer, o fato de não estar previsto aqui, não quer dizer que não esteja sendo visto pela agência reguladora, e aqui nós temos nosso superintendente de fiscalização, que

está justamente responsável por fazer esse tipo de programação e fiscalização, e elas são feitas periodicamente e sempre que for necessário podemos fazer uma investigação específica pra ver se está tendo algum problema pontual como o senhor está dizendo, então aqui já fica pro Rodolfo dar uma olhada nisso, por favor.

Paulo: Só acrescentar, vereador, que também além do aspecto global, a agência olha as perdas de um modo geral, ela olha também cada contrato com cada município de modo que, ao longo de um determinado período, verificado que houve um descumprimento daquela meta, daquele contrato, com aquele município, esse descumprimento é apurado pela agência e verificado o procedimento irregular, isso resulta em um processo acionatório também na aplicação de penalidades ao prestador de serviço, com o objetivo sempre não é de aplicar penalidade em si, mas que ele corrija e resolva o problema.

Hélio: Lembrando que o intuito dessas audiências é justamente esse tipo de contribuição, é isso que a gente espera, porque isso acaba enriquecendo nosso processo. Foi já demonstrado, não só pela Sabesp, mas por outros analistas do mercado, analistas do setor, de que a Arsesp tem evoluído nos seus processos de revisão tarifária, então isso é muito gratificante para a gente poder ouvir isso, e a gente também tem tido a preocupação de que esse conhecimento adicional que a gente tem a cada processo de revisão, seja incorporado dentro da Arsesp, dentro da agência, para que cada vez ela tenha técnicos mais capacitados, tenha uma massa crítica para que a gente possa evoluir. Para quem está vendo pela primeira vez, já deu para perceber que não é uma coisa trivial, não é nada simples, e para tudo aquilo que não é trivial requer estudo, requer conhecimento, requer

comprometimento. Falando em comprometimento, gostaria de agradecer e reconhecer também o comprometimento que tem tido a equipe responsável pelo processo de revisão tarifária da Sabesp, que tem se empenhado de forma bastante intensa e tem obtido esses frutos que é um processo cada vez mais claro, cada vez mais transparente, cada vez mais preciso, e é isso que a gente tem buscado a todo instante. Gostaria de registrar novamente, agradecer a presença do senhor João Carlos Teixeira Pinto, representando aqui o prefeito municipal de São José dos Campos, a quem eu pergunto se ele quer ter o uso da palavra?

João: Boa tarde, eu só queria agradecer ao convite da Arsesp, em nome do senhor prefeito Elísio Ramote, e do nosso secretário de manutenção da cidade Ricardo Minoru, e ambos estão impossibilitados e pediram para a gente representá-los. Agradecer ao convite, e estamos satisfeitos.

Hélio: Bom, finalmente também pergunto, aqui aos representantes na mesa, se pretendem fazer o uso da palavra? Paulo?

Paulo: Só reinterar suas palavras Hélio, agradecer a todos a participação na audiência pública, a audiência pública como nós já dissemos é um instrumento importante que permite que a regulação seja feita ouvindo o conjunto das partes interessadas. Então, agradecer também a equipe da Arsesp, a equipe econômico financeira, a equipe de saneamento, a equipe da DRI, que viabilizou que esse evento pudesse se realizar aqui hoje, agradecer a todos pelo empenho, pela participação, pela colaboração. Dar os parabéns a todos que fizeram as apresentações, ao Anton, pela Arsesp, ao Marcel e ao Silvio pela Sabesp, as contribuições que recebemos na pessoa do ilustre vereador, e dizer que nós temos ainda mais duas audiências, são três audiências públicas para tratar desse assunto, além da

consulta pública, o que nós buscamos é ser mais transparentes e nos colocar cada vez mais claros para sociedade, para que possamos sim ouvir as críticas e as sugestões e aperfeiçoar a regulação, agradecer a todos, muito obrigado.

Hélio: Bom, embora, formalmente esse processo de audiência vá até as 17:00 horas, como a gente abriu a palavra para receber contribuições, ouvimos as apresentações previstas, eu me permito então encerrar essa audiência antes do previsto e agradecer novamente a participação de todos, muito obrigado.

[01:27:16]

Audiotext Serviços e Cia. LTDA

CNPJ: 17.429.373/0001-85

(41) 3363-3220

falecom@audiotext.com.br

audiotext.com.br